

Juros reais da LFT elevam em 54% dívida da Prefeitura de São Paulo

por Roberto Beraldi
de São Paulo

O valor da dívida mobiliária da Prefeitura de São Paulo saltou de US\$ 292 milhões em janeiro deste ano para US\$ 449 milhões na virada do mês. Trata-se de uma expansão de 54% decorrente, exclusivamente, da variação real da Letra Financeira do Tesouro (LFT) no período, título ao qual a Letra Financeira do Tesouro Municipal (LFTM) está atrelada, em comparação com a variação do dólar no mesmo período.

Os dados foram divulgados por Nelson Machado, coordenador da assessoria econômica e financeira da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de São Paulo. "Nós não aumentamos a dívida. A variação é uma consequência da política de juros reais adotada pelo governo federal", salientou Machado.

O lançamento de títulos municipais, oferecidos ao mercado na forma de leilão, é um mecanismo utilizado pela Prefeitura paulistana como meio de financiamento. "Em determinadas situações, a dívida mobiliária é um meio de financiamento mais barato do que outras fontes. Esta vantagem, porém, não existe agora, em função da política adotada pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega", disse Machado. As LFTM foram criadas em janeiro deste ano, em substituição às Apólices do Tesouro Municipal (ATM), até então atreladas à OTN. O título atualmente utilizado pela Prefeitura é negociado no mercado aberto e tem rendimento semelhante à LFT, para se apresentar de modo mais atranete para o comprador, comporta um deságio maior (remuneração daquele que adquire o título em leilão) superior aos títulos federais. Enquanto a LFT ofereceu um deságio de 1% no último leilão, o deságio da LFTM ficou em 4,87% no leilão de setembro, segundo informou Machado.

RESPEITO AS REGRAS

Ao assumir a Prefeitura em janeiro deste ano, o governo petista procurou agir sem causar qualquer trauma ao mercado. "A Prefeitura, objetivamente, honrou o funcionamento do mercado e negociou condições mais interessantes de rolagem da dívida mobiliária", observou Machado.

Os títulos municipais têm prazo médio de três anos para resgate. A extensão do prazo, segundo o asses-

sor, acarreta um custo de carregamento (remuneração dos distribuidores) mais elevado do que os títulos federais. "Negociamos uma redução do custo de carregamento, que recuou de 0,30% ao mês na administração anterior para 0,10% mensais. Com isto, o deságio, que embute este custo, caiu de 10% no leilão de setembro do ano passado para 4,87% no leilão de setembro deste ano", assinalou Machado.

A nova taxa de remuneração foi assimilada pelos distribuidores. Atualmente, 64 instituições trabalham com os títulos municipais. A BRB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, ligada ao Banco de Brasília, atua como o canal de escoamento dos títulos para o mercado, realizando tarefa similar à que as distribuidoras estatais Divesp e Diverj executam para, respectivamente, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

FUNDO DE LIQUIDEZ

A Prefeitura conta com mecanismos próprios para realizar os leilões trimestrais de títulos. Os lotes colocados à venda são integralmente adquiridos pelo Fundo de Liquidez mantido pela Prefeitura e administrado pela distribuidora BRB. "O fundo foi criado na gestão anterior, como um regulador do deságio. Isto é, ele garante o escoamento dos títulos no leilão, propiciando condições mais favoráveis para sua posterior distribuição", afirmou Machado.

A partir da distribuidora, os títulos são pulverizados no mercado. Operadores da BRB informaram a este jornal que não há detentores de grandes estoques destas letras. Segundo os operadores, os títulos têm boa aceitação no mercado e houve procura pelas LFTMs com prazo de três anos para resgate leiloados em setembro último.

No último leilão, a Prefeitura colocou no mercado 148,2 milhões de títulos, com valor de face de NCz\$ 1,00, o mesmo desde a criação da letra. A cada leilão para rolagem da dívida, portanto, a Prefeitura lança um número maior de títulos, correspondente ao valor da parcela a ser rolada. Esta característica das LFTMs é distinta dos antigos títulos municipais, as ATMs, cujo valor acompanhava o da OTN. Assim, anteriormente, o número de títulos lançados era estável, variando, porém, seu valor de face.